

JOÃO BURIDAN E A RETOMADA DA SUPOSIÇÃO NATURAL

Roberta Miquelanti
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Esse artigo tem como objetivo tratar de uma noção comum nos tratados lógicos do século XIII, mas que praticamente desaparece nas teorias no século XIV: a suposição natural. Primeiramente, tentaremos mostrar como essa noção aparece no século XIII, especialmente na obra de Pedro da Espanha. Num segundo momento, trataremos da interpretação dessa noção no quadro nominalista do filósofo medieval João Buridan (séc. XIV). O papel da suposição natural nesse quadro é cobrir os casos em que os termos de uma proposição supõem por tudo aquilo que significam, sejam coisas passadas, presentes e futuras, característica que torna possível que a proposição seja verdadeira mesmo se as coisas às quais seus termos se referem não existem no mundo no momento da avaliação da proposição. Tentaremos mostrar como a manutenção da suposição natural em sua teoria exige: (i) uma reorganização do quadro dos tipos de suposição, e (ii) a inserção da suposição natural em que um quadro proposicional.

Palavras-chave: João Buridan, Suposição Natural, Nominalismo, Tipos de suposição.

Abstract: This article aims to address a common notion in 13th century logical treatises, which virtually disappears in 14th century theories: the natural supposition. First, we show how this notion appears in the 13th century, especially in the work of Peter of Spain. We will then deal with the interpretation of this notion in the nominalist work of medieval philosopher John Buridan (14th century). The role of natural supposition in this framework is to cover the cases in which the terms of a proposition stands for all their past, present, and future meanings. This characteristic makes possible for a proposition to be true, even if the things to which its terms refer do not exist in the world at the time of enunciation. We will try to show that maintaining this notion in his theory required: (i) a reorganization of the supposition theory, and (ii) the insertion of natural supposition into a propositional framework.

Keywords: Joh Buridan, Natural Supposition, Nominalism, Supposition Theory.

1- Introdução

A suposição natural é uma noção que foi introduzida nas teorias semânticas de tradição parisiense a partir do século XIII e que figura em grande parte das teorias terministas deste período, como podemos ver em um dos principais manuais de lógica da época, o *Tractatus* de Pedro da Espanha. O fato de a suposição natural estar comprometida com a existência de universais ou essências é tomado como uma das explicações para o seu descarte em grande parte das teorias lógicas do século XIV, que endossam o nominalismo, como na obra de Guilherme de Ockham. O descarte da suposição natural parece ocorrer ainda por outro motivo: a dificuldade de manter esse tipo de

suposição em uma abordagem proposicional das propriedades dos termos. Além da dificuldade de conciliar esse tipo de suposição com um quadro nominalista, tal propriedade também é marcada por tensões no nível semântico, a saber, a interpretação da suposição natural como uma propriedade proposicional ou não proposicional.

Nosso objetivo nesse texto é tentar explicar as razões que levam o filósofo nominalista do século XIV João de Buridan a manter a suposição natural em sua teoria lógica. Primeiramente, tentaremos mostrar como essa noção aparece no século XIII, especialmente na obra de Pedro da Espanha. Num segundo momento, trataremos da interpretação dessa noção no quadro nominalista buridaniano. Argumentamos que a manutenção da suposição natural na teoria da suposição exige: (i) uma reorganização dos tipos de suposição e (ii) a inserção da suposição natural em que um quadro proposicional. Como veremos, a resposta a esta questão aponta para o desenvolvimento de uma semântica complexa, que leva em consideração, além de elementos proposicionais, elementos contextuais, como o contexto de enunciação da proposição e a intenção do falante.

2- A suposição natural no século XIII

A expressão “*suppositio naturalis*” não parece ser encontrada em textos antes do séc. XIII¹ e é típica da tradição lógica parisiense. A definição da suposição natural usada como referência por Buridan tem origem no famoso manual de lógica de Pedro de Espanha, o *Tractatus*², no qual ela é definida como a

“[...] tomada de um termo comum por todas as coisas às quais ele é apto por natureza a ser predicado, como “homem”,

¹ Pelo menos no que concerne à literatura primária e secundária a que tivemos acesso, não encontramos nenhuma referência à teoria da suposição natural antes do séc. XIII. Na *Logica Modernorum*, De Rijk afirma que a noção de suposição virtual ou natural é ausente nos tratados mais antigos: “In fact, there seems to be no sharp distinction between *significatio* and *suppositio* in authors such as William of Shyreswood and Peter of Spain. As a matter of fact, we do find with them something like “virtual supposition” (*suppositio secundum habitum* in the terminology of William; *suppositio naturalis* in that of Peter of Spain). It is the supposition of a terminus *per se sumptus*. It should be stressed, however, that anything like virtual supposition is definitely absent in our oldest tracts. They all mention supposition as the property which a term has when used in a proposition (*ex eo quod substantive sive existentis significat*)” (DE RIJK, L. M. *Logica Modernorum. The origin and early development of the theory of supposition*. Vol. II, part 1. Assen: Van Gorcum, 1967, p. 571, referenciada aqui em diante como *Logica Modernorum* II. 1).

² PETER OF SPAIN. *Tractatus – called afterwards Summule Logicales*. Edição crítica dos Manuscritos e introdução de L. M. de Rijk. Netherlands: Van Gorcum, 1972.

tomado por si mesmo, por sua natureza supõe por todos os homens que existiram, existem ou existirão”. (*Tractatus* VI. 4)³

Mas a descrição de Pedro de Espanha parece indicar que um termo pode supor tomado ‘por si mesmo’ (*per se sumptus*), de forma que a inserção em um contexto proposicional não pode ser um critério de diferenciação entre suposição natural e significação. Essa definição coloca um primeiro problema: a distinção entre suposição natural e significação. Tal ponto foi objeto de análise do primeiro de dois artigos centrais acerca da suposição natural que Lambertus Marie de Rijk escreveu sobre o tema⁴. Analisando a teoria de Pedro da Espanha, De Rijk constata que uma das dificuldades na teoria do autor deriva da superposição das funções semânticas da significação e da suposição natural. Contudo, de Rijk não credita tal dificuldade a uma falha na distinção entre as propriedades de significação e suposição por parte de Pedro da Espanha: “[...] significação e suposição não dizem respeito à mesma coisa, pois, significar pertence ao som vocal (enquanto tal), enquanto supor (*supponere*) pertence ao termo que já é, tal como já foi, constituído de um som vocal e de uma significação” (*Sup. Nat.* I, p. 73, *Tractatus* IV, 3). De fato, no capítulo VI do *Tractatus*, em que discute as propriedades dos termos, Pedro da Espanha define a significação como “a representação de alguma coisa por um som vocal <significativo> por convenção” (“*rei per vocem secundum placitum representatio*”, *Tractatus* VI. 2), e, em seguida, assume a prioridade da significação em relação à suposição, e mesmo a dependência da última com relação à primeira:

“Por isso a significação é anterior à suposição. E nem são a mesma coisa, pois a significação é <uma propriedade própria> da voz, e supor é <uma propriedade> do termo, como se fosse composto a partir de voz e significação. Logo, suposição não é significação”. (*Tractatus* V. 3)⁵.

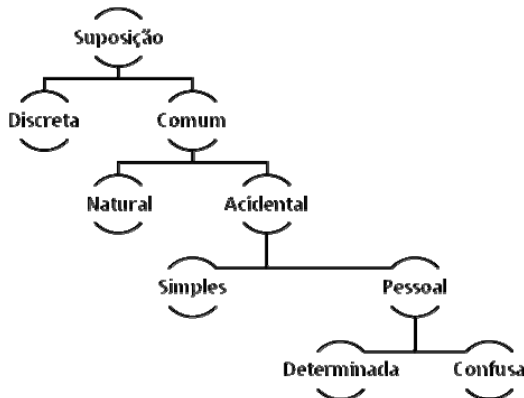
³ “[...] *acceptio termini communis pro omnibus a quibus aptus natus est participari ut “homo” per se sumptus de natura sua supponit pro omnibus hominibus qui fuerunt et qui sunt et qui erunt*”.

⁴ A discussão moderna sobre a suposição natural deve-se a dois artigos centrais de L. M de Rijk: “The Development of *Suppositio naturalis* in Mediaeval Logic I: Natural Supposition as Non-Contextual Supposition”, *Vivarium*, vol. 9, 1971, p. 71-107, e “The Development of *Suppositio naturalis* in Medieval Logic II: Fourteenth Century Natural Supposition as Atemporal (Omnitemporal) Supposition”, *Vivarium*, vol. 11, 1973, p. 43-79. Daqui em diante, iremos nos referir a esses dois artigos respectivamente como *Sup. Nat. I* e *Sup. Nat. II*.

⁵ “*Quare significatio prior est suppositione. Neque sunt eiusdem, quia significatio est vocis, supponere vero est termini iam quasi compositi ex voce et significatione. Ergo suppositio non est significatio*”.

Assim, De Rijk (*Sup. Nat.* II, 1, p. 74) está correto ao afirmar que Pedro da Espanha atribui claramente funções semânticas diferentes à significação e à suposição possuem: a significação é considerada como a função semântica fundacional, que, aliada à noção de imposição, explica como um termo passa a significar todas as coisas que ele significa, sejam elas passadas, presentes e futuras. A suposição, ao contrário, determina como um termo, que já é tomado como uma relação entre um som e um significado, é constringido dentro de um contexto proposicional a supor por determinadas coisas entre tudo aquilo que ele significa, exercendo assim uma função semântica descritiva. Contudo, mesmo distinguindo entre as funções semânticas dessas duas propriedades, Pedro da Espanha não impõe de maneira expressa a condição de que um termo só supõe em um contexto proposicional. Assim, a superposição entre as propriedades da significação e suposição deriva, segundo De Rijk, do fato de que a suposição natural não seja necessariamente uma propriedade relativa apenas a um contexto proposicional. Isso parece ser confirmado pela divisão da suposição proposta por Pedro da Espanha, na qual a suposição natural é definida em contraposição à suposição acidental. A suposição acidental tem como característica principal ser determinada pelo contexto proposicional, enquanto a suposição natural é caracterizada pela tomada do termo *per se sumptus*.

Árvore da suposição 1: Pedro da Espanha⁶



⁶ *Tractatus* VI.

Tal característica da suposição natural gera não somente uma grande discussão sobre a maneira correta de interpretar ‘*per se sumptus*’, mas também sobre a questão se a suposição deve ou não ser considerada como uma propriedade contextual. Uma propriedade contextual é a propriedade que um termo possui enquanto está inserido em uma proposição.

Essa não é uma questão presente apenas nos textos do séc. XIII. Já na *Logica Modernorum*⁷, podemos notar a dificuldade de distinção entre as propriedades de significação e suposição nos primeiros desenvolvimentos da teoria da suposição, dificuldade derivada da definição inicialmente vaga desses termos, que recebem diferentes tratamentos na gramática e na lógica⁸. Primeiramente, há uma influência da tradição gramática vinda de Prisciano, segundo a qual “é próprio do nome significar substância e qualidade” (“*proprium est nominis significare substantiam et qualitatem*”). Além disso, temos a influência da tradição lógica através da noção de *appellatio termini*, segundo a qual um termo se refere apenas a coisas que existem atualmente no mundo, o que contribui para aumentar a tensão entre as propriedades de significação e suposição⁹. De uma forma geral, De Rijk considera que a suposição era vista (i) como uma propriedade de um termo substantivo e (ii) como uma propriedade de um termo enquanto usado na proposição¹⁰. De Rijk defende que (ii) pode ser inferida das definições da suposição encontradas em textos tais como as *Introductiones Parisienses* e a *Logica “Cum sit nostra”*¹¹. No primeiro destes textos, a suposição é definida como a propriedade que pertence à palavra e a partir da qual ela significa <algo> substantivo ou existente

⁷ *Logica Modernorum* II.1.

⁸ *Logica Modernorum*. II.1, pp. 565-566. “In spite of the fact that the medieval logicians were aware that the actual context in which a term occurs is of paramount importance to its actual meaning, and that, accordingly, in investigating the meaning(s) of a term they practiced the contextual approach, all their investigations kept on being mortgaged by the ineradicable doctrine of significatio as upheld in ancient and medieval philosophy. (...) If we distinguish the contextual approach and the basic doctrine of significatio as the two focal points of the theory of the properties of terms, the different aspects of the theory seem to be in close correspondence with the preponderance either of the contextual approach or of the doctrine of significatio”, DE RIJK, “The Origins of the Properties of Terms”, in: KRETZMANN, N.; KENNY, A.; PINBORG, J.; STUMP, E. (ed.). *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy. From the Rediscovery of Aristotle to the Disintegration of Scholasticism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 162. Esse tipo de descrição parece mais adequado a teorias da suposição desenvolvidas a partir do final do séc. XIII. A análise de textos da primeira e segunda metade do séc. XIII mostra que ainda nesse século não há um vocabulário fixo e uma determinação precisa das propriedades dos termos.

⁹ *Logica Modernorum* II.1, pp. 565-566.

¹⁰ *Logica Modernorum* II.1, pp. 565-568.

¹¹ DE RIJK, L. M. *Logica Modernorum. The origin and early development of the theory of supposition*. Text and indices. Vol. II, part 2. Assen: Van Gorcum, 1967. Daqui em diante, *Logica Modernorum* II.2.

(“*suppositio est quedam proprietas que inest dictioni ex eo quod substantivave sive existenter significat*”¹²), da qual podemos inferir que apenas termos significativos supõem. Já na *Logica* “*Cum sit nostra*”, encontramos uma definição de suposição, que segundo De Rijk, carrega uma implicação ontológica:

“E a suposição é a designação da coisa substantiva, isto é, a significação do termo substantivo. Esta é a diferença entre suposição e significação: supor é tomar a coisa segundo um predicado; significar é designar a coisa segundo a razão principal segundo a qual ela é instituída”.¹³ (*Logica* “*Cum sit nostra*”, apud *Logica Modernorum* II, 2, p. 446).

A partir de tais definições, De Rijk considera que:

“Esta teoria deve ser substancialmente tomada como uma resposta a problemas que aparecem na investigação da cópula ‘*est*’ (ou algum verbo que a contém) em proposições categóricas afirmativas. E desde que a suposição é principalmente, embora não exclusivamente, relativa à quantidade dos termos em uma proposição, ela discute, em sua grande parte, a extensão ou alcance do predicado, no sentido largo da palavra, em referência aos particulares (sujeitos). Da mesma maneira, as distinções entre tipos de suposição são determinadas principalmente pelo uso de prefixos de quantidade (*signa quantitatis*), ou pronomes demonstrativos. Assim como o alcance dos predicados e dos sujeitos (particulares) era tomado pelos gramáticos e lógicos Medievais como básico, ao que chamavam *congruitas* ou *veritas* da proposição, a teoria da suposição também pode ser considerada como uma tentativa de especificar as condições de congruidade ou as condições de verdade de uma proposição categórica”. (*Logica Modernorum* II, 1, p. 569)¹⁴.

¹² *Introductiones Parisiensis*, apud *Logica Modernorum* II, 2, p. 371.

¹³ “*Et est suppositio substantiva rei designatio, idest significatio termini substantivi. Hec est differentia inter suppositionem et significationem: supponere est rem suam sub apposito ponere; significare est rem suam sub principal ratione ipsius instituentis designare.*”

¹⁴ “This theory substantially is to be taken as an answer to problems appearing in the investigation of the logical import of the copula “*est*” (or some verb containing it) in categorical affirmative propositions. And since supposition is principally, though not exclusively, concerned with the quantity of terms as used in a proposition, it discusses, for the main part, the extension or range of predicates, in the large sense of the word, in reference to individuals (subjects). Accordingly, the distinctions of kinds of supposition are mainly

A descrição da suposição feita acima por De Rijk parece correta se diz respeito às divisões da suposição a partir da chamada suposição accidental. Mas ela não explica o que motiva as primeiras divisões da suposição. A divisão da suposição comum entre suposição natural e accidental é baseada no caráter proposicional da suposição accidental, em oposição ao caráter não proposicional da suposição natural. No caso da suposição accidental, a extensão da suposição de um mesmo termo pode variar em diferentes contextos proposicionais, segundo a exigência do predicado, enquanto um mesmo termo tomado em suposição natural sempre supõe por tudo aquilo que significa, independentemente do contexto proposicional. Assim, a influência do predicado na determinação da suposição do termo sujeito poderia ser uma das razões que levam Pedro da Espanha a considerar que a suposição natural não seja uma propriedade proposicional. Pedro da Espanha parece entender que o contexto proposicional influencia a determinação da referência de um termo apenas a partir da suposição accidental¹⁵. A primeira divisão da suposição accidental parece ser motivada pelos diferentes tipos de coisas que um termo supõe em diferentes contextos proposicionais. A suposição simples e a pessoal indicam, respectivamente, quando o termo supõe pela coisa universal (*pro re universal*) por ele significada ou pelos seus significados últimos (ou as coisas existentes atualmente no mundo)¹⁶.

Mesmo se a descrição da suposição oferecida por De Rijk não contempla as características dos primeiros ramos da suposição em Pedro da Espanha, o autor parece ter identificado um fenômeno importante que está na base das primeiras divisões da suposição e essencial para entender as motivações que levam a distinguir entre suposição comum simples e natural, de um lado, e, suposição accidental, de outro: o problema ligado a investigação

determined by the use of quantifying prefixes (*signa quantitatis*), or of demonstratives pronouns. As this range of predicates and subjects (individuals) was taken by Mediaeval grammarians and logicians as basic to what they called the *congruitas* or *veritas* of the proposition, the theory of supposition may also be considered as an attempt to specify the congruity-conditions or truth-conditions for the categorical proposition”.

¹⁵ “[...] tomada do termo comum pelas coisas pelas quais exige o adjunto. Como em “um homem existe”: este termo “homem” supõe por <homens> presentes; e da mesma maneira quando se diz “um homem existiu” <este termo “homem”> supõe por <homens> passados, assim como se diz verdadeiramente que em “um homem existirá”, <o termo “homem”> supõe por <homens> futuros” (“[...] *acceptio termini communis pro eis pro quibus exigit adiunctum. Ut “homo est”: iste terminus “homo” supponit pro presentibus; cum autem dicitur “homo fuit”, supponit pro preteritis; cum vero dicitur “homo erit”, supponit pro futuris*”), *Tractatus* VI. 4.

¹⁶ Além disso, é interessante notar que a noção de suposição material, comum nas teorias da suposição do séc. XIV, não está presente na divisão de Pedro da Espanha.

da cópula ‘*est*’ em proposições categóricas afirmativas, e que, segundo De Rijk, está no coração da teoria da suposição.

A suposição natural aparece como um ramo da suposição comum e é simplesmente definida como a tomada de um termo já significativo ‘*per se sumptus*’ por alguma coisa, descrição que parece indicar que o termo pode supor tomado isoladamente. Isso mostra que a suposição natural, em contraste com a suposição acidental, não tem sua suposição alterada por outro termo da proposição. Mas a divisão da suposição proposta por Pedro da Espanha não determina quando devemos tomar um termo de uma proposição em um determinado tipo de suposição. Além disso, a definição de suposição natural proposta deixa pouco claro quais devem ser os seus referentes, se comparada à definição de suposição acidental e simples. Se considerarmos que na suposição natural o termo supõe por tudo aquilo que está apto por natureza a ser predicado, sejam coisas passadas, presentes ou futuras, então a extensão dos seus referentes parecem coincidir exatamente com aquela da significação, dado que a significação do termo é exatamente tudo aquilo que pode ser representado pelo som vocal imposto. Por um lado, Pedro da Espanha parece claramente considerar que a significação é uma condição para que o termo possa supor, sendo assim uma propriedade distinta da suposição¹⁷. Mas se, por fim, o campo de referentes da suposição natural é o mesmo que o da significação, a postulação da primeira na teoria da suposição parece ser supérflua. Por outro lado, se aquilo que Pedro da Espanha queria indicar como referência de um termo em suposição natural era a significação de uma essência universal, a postulação da suposição natural também parece supérflua, já que esse caso é coberto pela suposição simples. Assim, a postulação da suposição natural parece criar um impasse na teoria lógica do autor.

Uma pista possível para entender por que Pedro da Espanha postula a suposição natural é exatamente um outro uso do termo ‘natural’ feito pelo autor. Ao tratar das divisões da matéria das proposições categóricas, o filósofo propõe uma divisão entre proposições de matéria natural, contingente e remota (“*Propositionium triplex est materia, scilicet, naturalis, contingens, et remota*”, *Tractatus* I. 13)¹⁸. A proposição de matéria natural é justamente aquela “em que o predicado se refere ao ser do sujeito ou ao que é próprio a ele, assim como “homem é animal” e “homem é risível [capaz de rir]” (“*in qua predicatum est de*

¹⁷ *Tractatus* VI. 3: “Suppositio vero est acceptio termini substantivi pro aliquo. Differunt autem suppositio et significatio, quia significatio est per impositionem vocis ad rem significandam, suppositio vero est acceptio ipsius termini iam significantis rem pro aliquo. Ut cum dicitur “homo currit”, iste terminus “homo” supponit pro Sorte vel pro Platone, et sic de aliis. Quare significatio prior est suppositione”.

¹⁸ Buridan retoma essa divisão proposta na *Summulae de Propositionibus* 1. 4. 3.

esse subiecti vel proprium eius, ut "homo est animal", et "homo est risibilis", Tractatus I. 13), o que permite inferir o mesmo conceito em jogo na definição de suposição natural: uma proposição de matéria natural é aquela em que o predicado pode ser atribuído a um sujeito em qualquer situação.

Se isso é correto e, de alguma maneira, outros elementos são essenciais para indicar os casos em que o termo é tomado em suposição natural, a interpretação de De Rijk de que a suposição natural seria uma propriedade não proposicional deve ser considerada válida¹⁹? E a solução apresentada por Boehner (1952)²⁰ - e criticada por De Rijk - de que a suposição natural deve ser considerada uma propriedade proposicional seria mais adequada? Boehner argumenta que mesmo sendo a suposição natural a capacidade natural de suposição que um termo possui '*per se sumptus*', isso não significa que a suposição aconteça fora de contextos proposicionais²¹. Mas se é assim, como Boehner pode explicar a divisão entre suposição natural e accidental, se a primeira também é proposicional? De fato, o autor não oferece uma explicação das razões pelas quais um termo deve supor por tudo aquilo que significa em um determinado contexto proposicional. Boehner também critica a interpretação proposta por Mullally (1945)²², que propõe que a expressão '*per se sumptus*' quer indicar que um termo em suposição natural não deve ser considerado dentro do contexto proposicional, e explicando essa propriedade em razão da 'predicabilidade' do termo. Boehner parece rejeitar tal ideia justamente em razão dessa explicação ser dada independentemente da função do termo dentro da proposição.

O ponto de divergência na interpretação da suposição natural parece se situar, principalmente, na determinação da sua função semântica. Como enfatiza De Rijk, Pedro da Espanha defende claramente uma diferença entre significação e suposição. A significação é dada como a função semântica fundacional, que, aliada à noção de imposição, explica como um termo passa a significar todas as coisas que ele significa, sejam elas passadas, presentes e futuras. A suposição, ao contrário, determina como um termo, que já é tomado como uma relação entre um som e um significado, é constrangido dentro de

¹⁹ De Rijk conclui: "Thus Peter explicitly states the difference between signification and supposition. However, his natural supposition, being defined in contradistinction with accidental supposition, which is determined by a propositional context, seems to be accomplished apart from such context, since it is said to be the supposition of a term taken by itself (*per se sumptus*)" (*Sup. Nat. I*, p. 74).

²⁰ BOEHNER, P. *Medieval Logic. An Outline of Its Development from 1200 to c. 1400*. Chicago: Manchester University Press, 1952.

²¹ BOEHNER, 1952, pp. 33-34; *Sup. Nat. I*, p. 75.

²² MULLALLY, J. P. *The Summulae Logicales of Peter of Spain*. University of Notre Dame: Publications in Medieval Studies, 1945.

um contexto proposicional a supor por determinadas coisas entre tudo aquilo que ele significa, exercendo assim uma função semântica descritiva²³.

A questão parece ser principalmente esclarecer o que determina, em cada caso, que um termo seja tomado em um tipo específico de suposição, e mostrar se esses elementos são sempre proposicionais, como propõe De Rijk em sua caracterização da suposição. Na suposição pessoal, a determinação da suposição é dada através de um constrangimento sincategoremático, isto é, determinado por outros termos da proposição, como verbos e signos de quantidade. Já no caso da distinção entre suposição pessoal e simples, a determinação da suposição do termo sujeito também é feita por outros termos da proposição, mas diferentemente da suposição pessoal, é determinada pelo tipo de predicado atribuído à proposição, isto é, o constrangimento é feito por um termo categoremático, para o qual precisamos conhecer a natureza significativa. Nesse caso, tal constrangimento depende do que chamamos de contexto metateórico.

A diferença entre esses dois tipos de constrangimento exercidos pelos termos implica diferentes contextos de avaliação de proposições. No que chamaremos aqui de contexto sincategoremático (*CS*), a referência de um termo é determinada por um constrangimento sincategoremático, enquanto no contexto metateórico (*CM*), a referência de um termo é determinada por um constrangimento categoremático. Esses dois contextos indicam distinções pertencentes a diferentes ordens. *CS* indica diferenças de ordem proposicional, que podem ser reduzidas à estrutura composicional da proposição, enquanto as diferenças apresentadas em *CM* dependem da adesão aos pressupostos de uma teoria básica, no caso, à teoria da significação causal da linguagem, que considera que os termos da linguagem convencional, isto é, termos escritos e falados, significam convencionalmente conceitos na linguagem mental, os quais, por sua vez, significam naturalmente os objetos do mundo.

Isso nos leva então a considerar a hipótese de que o mecanismo de constrangimento proposicional, seja ele categoremático ou sincategoremático, exercido por determinados termos proposicionais caracteriza apenas uma parte do funcionamento da suposição, o da suposição accidental. Nesse caso, a presença de verbos em diferentes tempos, de quantificadores, ou de termos modais, constroem a extensão de um termo em um determinado contexto proposicional em relação a tudo aquilo que ele significa. A suposição natural,

²³ Retomando a distinção proposta por Stalnaker (1997), consideramos que uma teoria semântica pode visar tanto (i) explicar como os termos da linguagem possuem certas propriedades, caso em que temos uma semântica fundacional, como (ii) determinar a extensão de um termo num contexto proposicional, caso da semântica descritiva.

ao contrário, parece indicar exatamente os casos em que tal constrangimento exercido por outros termos da proposição é anulado. Segundo tal hipótese, o termo ‘*per se sumptus*’ seria acrescentado para indicar que nesse caso o termo supõe independentemente da restrição exercida pela cópula, o que permite então diferenciá-la da suposição accidental.

O problema com a explicação da tomada de um termo em suposição natural pode então ser colocado de outra forma: como explicar a anulação da seleção temporal determinada pela cópula de tempo presente ‘*est*’ em uma proposição como [1] “*Omnis homo est animal*” (“Todo homem é animal”)?

Consideramos que é essa questão que a teoria buridaniana visa responder.

3- A reinserção da suposição natural em quadro proposicional em João Buridan

Vimos que na teoria de Pedro de Espanha a suposição não é definida como uma propriedade contextual. A suposição é simplesmente definida como a tomada de um termo já significativo por alguma coisa, o que implica que ela pode ocorrer tanto quando o termo é considerado isoladamente como quando é tomado em um contexto proposicional. Buridan já parte de um quadro teórico diferente, aceito de forma geral no quadro teórico do séc. XIV²⁴, segundo o qual um termo só supõe em um contexto proposicional. Por isso, diferentemente de grande parte dos *lemmata* das *Summulae*, Buridan não segue nesse ponto a exposição do *Tractatus* de Pedro de Espanha. Buridan define da seguinte maneira a suposição natural:

“A suposição é chamada natural quando o termo supõe indiferentemente por todas as coisas pelas quais ele pode supor, sejam presentes, passadas ou futuras. E é esta a suposição *usada nas ciências demonstrativas*” (*Summulae de Suppositionibus* 4.3.4) (grifo nosso)²⁵.

²⁴ A ideia de que a suposição é, pelo menos a partir do séc. XIV, uma característica própria do termo tomado em um contexto proposicional é aceita por grande parte dos comentadores da lógica medieval, seguindo os estudos feitos por De Rijk em seu clássico *Logica Modernorum*. Cf. *Logica Modernorum* II. 1, XVII, 3.

²⁵ “Naturalis suppositio vocatur secundum quam terminus indifferenter supponit pro omnibus pro quibus potest supponere tam pro praesentibus quam praeteritis vel futuris. Et hac suppositione utuntur in scientiis demonstrativis”, JHONANNES BURIDANUS. *Summulae de Suppositionibus*. Introduction, critical edition and indexes by Ria Van der Lecq. Nijmegen: Ingenium Publishers, 1998.

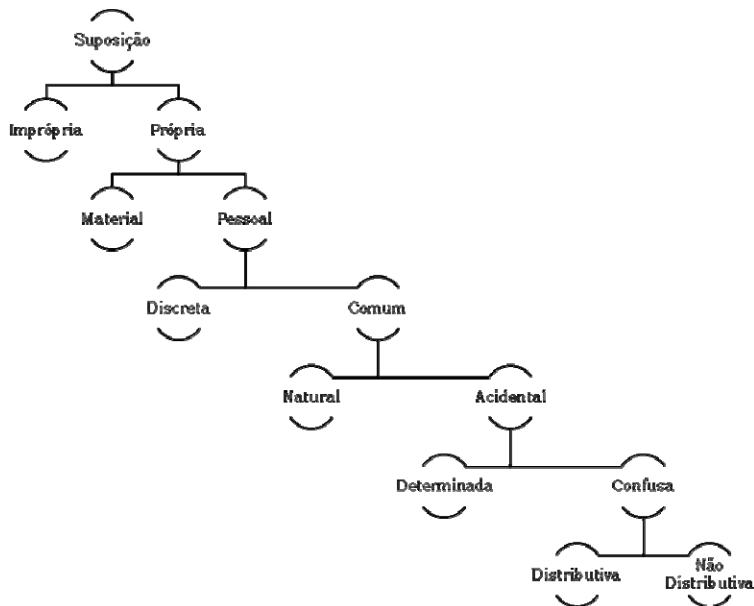
Como podemos ver, a definição de suposição natural de Buridan retoma em grande medida a definição de Pedro de Espanha, mas com uma diferença fundamental: Buridan acrescenta a dimensão do uso de uma proposição ao caracterizar a suposição natural. Além disso, a suposição natural é uma noção semanticamente diferente na teoria desses dois autores. A reinterpretação buridaniana da noção de suposição natural se dá em dois aspectos principais: (i) em um nível ontológico, a referência dos termos em suposição natural é dada de acordo com os compromissos da ontologia nominalista, e (ii), em um nível semântico, assumindo a suposição natural como a propriedade de um termo em um quadro proposicional, e não em virtude de uma natureza própria ao termo tomado por si mesmo (*per se sumptus de natura sua*)²⁶, como em Pedro da Espanha.

A manutenção dessa propriedade no quadro teórico exige de Buridan uma reformulação na teoria lógica, principalmente uma reformulação dos tipos de suposição, tornando a suposição natural um ramo da suposição pessoal comum. A principal consequência desse passo é que os termos tomados em suposição natural passam a ter como referência os significados últimos do termo, a saber, aos indivíduos do mundo. Mas com este passo, Buridan também assume que a avaliação das condições de verdade de uma proposição em suposição natural segue a regra geral segundo a qual uma proposição categórica afirmativa em suposição pessoal é verdadeira se aquilo pelo qual seus termos supõem existem no mundo tal como diz a proposição.

Árvore da suposição 2: João Buridan²⁷

²⁶ *Tractatus* VI. 4: "Suppositio naturalis est acceptio termini communis pro omnibus a quibus aptus natus est participari, ut "homo", per se sumptus de natura sua supponit pro omnibus hominibus qui fuerunt et qui sunt et qui erunt".

²⁷ *Summulae de Suppositionibus* 4.3.



Isso é problemático se considerarmos que o que caracteriza a suposição natural é o fato de o termo supor indiferentemente por tudo que significa, seja por coisas passadas, presentes ou futuras. Mas tal consequência não se segue se considerarmos que a divisão buridaniana da suposição pessoal comum entre suposição natural e suposição acidental tem como objetivo exatamente delimitar as diferentes funções do verbo no contexto proposicional, isto é, os casos em que o verbo exerce ou não constrangimento temporal. De fato, na divisão dos tipos de suposição, a suposição natural é contrastada com a suposição acidental, que tem como característica principal a restrição temporal da suposição segundo a exigência do predicado:

“A suposição é chamada acidental quando os termos supõem apenas pelas <coisas> presentes, ou pelas <coisas> presentes e

passadas, ou pelas <coisas> presentes e futuras, segundo a exigência do verbo e do predicado” (*Summulae de Suppositionibus* 4. 3. 4)²⁸.

Tal característica da suposição acidental implica, por exemplo, aceitar que o tempo verbal tem um papel fundamental na seleção do tempo no qual a proposição deve ser avaliada. O papel do verbo, bem como o de outros termos sincategoremáticos, na determinação da suposição dos termos passa a ser a principal característica da suposição acidental na teoria buridaniana. A função dos verbos ou de termos que conotam tempo, como ‘hoje’, ‘morto’, será de ampliar ou restringir a suposição do termo sujeito da proposição, enquanto termos sincategoremáticos, como ‘todo’, ‘algum’, tem como função regular a distribuição do termo sujeito da proposição. Assim, a suposição acidental exprime o caso típico de suposição na qual a referência de um termo é constringida por outros termos presentes na proposição, ou pelo que chamamos de contexto sincategoremático (CS)²⁹.

Vemos aqui uma grande diferença com relação à divisão de Pedro da Espanha, segundo o qual “a suposição acidental é considerada como a tomada do termo comum pelas coisas pelas quais determina o predicado” (“*accidentalis autem suppositio est acceptio termini communis proeis quibus exigit adiunctum*”, *Tractatus* VI. 4). Tal caracterização, centrada principalmente na função do predicado, permite uma mudança no tipo de objeto ao qual se refere o termo, de forma que a suposição acidental é dividida em suposição simples, quando o termo supõe pela natureza universal, e pessoal, quando o termo supõe pelos seus inferiores³⁰. Assim, apenas a suposição acidental pessoal de Pedro da Espanha parece

²⁸ “Suppositio accidentalis vocatur secundum quam terminus supponit solum pro praesentibus, vel pro praesentibus et praeteritis, vel pro praesentibus et futuris secundum exigentiam verborum et praedicatorum”.

²⁹ O contexto sincategoremático ou CS pode ser assim definido: duas ocorrências de um termo T estão em contextos proposicionais distintos se e somente se (i) T ocorre em duas proposições A e B; (ii) A e B diferem apenas pela estrutura sincategoremática, i.e., pela ocorrência em A e B de termos sincategoremáticos diferentes ou pela ordem diferente da ocorrência de termos sincategoremáticos iguais; (iii) A e B possuem condições de verdade diferentes.

³⁰ Klima (2011, p. 116) considera que em Pedro da Espanha a suposição simples ocorre quando não é possível a “descida aos inferiores”: “In general, Peter’s criterion there to detect whether a term had simple supposition seemed to be whether under the term we could descend to one or another of its particulars, preserving the truth of the proposition. Apparently, the rule there was that if there is no descent under the term, then the term has simple supposition. Therefore, since there is no descent under the predicate of a universal affirmative, that predicate must have simple supposition”. Já no quadro buridaniano, é justamente “a descida aos inferiores” e “a subida a partir de inferiores” uma das principais características da suposição pessoal, e isso parece ser correto mesmo no caso da suposição natural, em que a descida aos inferiores sempre parece ser válida.

corresponder ao funcionamento da suposição pessoal na teoria buridaniana. A divisão da suposição pessoal na teoria de Buridan não é estabelecido a partir de uma mudança no tipo de referência do termo: todo termo em suposição pessoal supõe pelos seus significados últimos. A diferença consiste na distribuição dos termos na suposição natural e acidental: na suposição natural o termo sempre supõe intensionalmente, ou por tudo aquilo que significa, enquanto na suposição acidental a extensão de um termo pode variar de acordo o tempo determinado pelo verbo ou pelos termos sincategoremáticos, isto é, se são tomados particularmente, universalmente, etc.

Ao trazer a suposição natural para o interior da suposição pessoal, Buridan parece ter como objetivo marcar que esses termos supõem pelos seus significados inferiores, isto é, pelas coisas do mundo significados pelo termo, mas ao diferenciá-la da suposição acidental, o filósofo francês mostra que o verbo não exerce o mesmo papel nesses dois tipos de suposição, isto é, o verbo não determina as condições de verdade na suposição acidental da mesma maneira como ocorre nas proposições com termos tomados em suposição natural. Enquanto na suposição acidental a referência dos termos da proposição é determinada pelo constrangimento temporal exercido pelo verbo, na suposição natural, o termo supõe indiferentemente por tudo aquilo que significa:

“Segundo os lógicos antigos, a suposição dos termos comuns é dupla, a saber, natural e acidental. <A suposição> é acidental quando o termo supõe apenas pelos supósitos de um tempo determinado. De outra maneira, <a suposição> é natural quando o termo supõe indiferentemente por todos os seus supósitos, seja presente, seja passado, seja futuro. E esta é a suposição usada nas ciências demonstrativas. De outro modo, pela demonstração mostrando que um triângulo tem três <lados>, não teríamos ciência de triângulos futuros, o que não é desejável, como foi dito. E Aristóteles, no primeiro livro dos *Segundos analíticos*, dá o entendimento de proposições *de omni*, nas quais os termos são tomados em suposição natural, como de todo homem é animal, pois se é verdadeiro dizer algum homem, é verdadeiro dizer é animal. E se um é verdadeiro, também o outro. Assim como as proposições “Homem é animal” e “Todo homem é animal” são *de omni* segundo a suposição natural. E se é verdadeiro dizer que qualquer coisa homem, então sempre é verdadeiro dizer que é homem, e então é verdadeiro dizer que o mesmo é animal. E da mesma maneira esta é verdadeira “Um

trovão é um som nas nuvens”, de singular a singular” (*Questiones super decem libros Ethicorum Aristotelis ad Nicomachum* VI. 6)³¹.

A suposição natural parece marcar exatamente o espaço em que o papel semântico de restrição temporal exercido pelo verbo é anulado, isto é, numa proposição com termos tomados em suposição natural e verbo no tempo presente, o verbo não restringe a suposição do termo apenas aos significados existentes no momento em que a proposição é enunciada.

Mas no texto acima, Buridan deixa claro que uma das principais motivações para a manutenção da suposição natural no quadro semântico buridaniano não parece ser uma motivação semântica. O acréscimo de uma condição mais ampla é expresso quando Buridan considera que a suposição natural é ‘usada’ (*utuntur*) num contexto específico, a saber, as ciências demonstrativas:

“A suposição é chamada natural quando o termo supõe indiferentemente por todas as coisas pelas quais ele pode suportar, sejam presentes, passadas ou futuras. E é esta a suposição *usada* nas ciências demonstrativas” (*Summulae de Suppositionibus* 4. 3. 4)³².

Joël Biard (2001, p. 78)³³ chama atenção para este ponto, indicando o fato de que Buridan usa constantemente os termos ‘*naturaliter*’, ‘*naturaliter loquendo*’ e ‘*loqui naturaliter*’ para marcar o discurso da ciência. Assim, esses termos marcam diferentes contextos de uso e de avaliação de uma proposição. Essa motivação mais ampla, que envolve não apenas os elementos

³¹ “Duplex enim secundum antiquos logicos est termini communis suppositio, scilicet naturalis et accidentalis. Accidentalis est quando terminus solum supponit pro suppositis alicuius determinati temporis, naturalis autem supponit indifferentem pro omnibus suis suppositis, sive sint presentia, sive preterita sive futura. Et hoc suppositione utuntur scientiae demonstrativae. Aliter per demonstrationes ostendentem quod triangulus habet tres etc, non haberemus scientiam de triangulis futuris, quod est inconveniens ut dictum fuit. Et Aristoteles primo posteriorum dat intellectum propositionis de omni, ubi termini habent dicta suppositionem naturalem, quod “de omni homine est animal”, quia si verum est dicere aliquid hominem, verum est illud dicere animal. Et si vere alterum est alterum. Hoc est dictum quod ista propositioni “homo est animal” vel “omnis homo est animal” est de omni secundum suppositionem naturalem. Si quicquid est verum dicerem scilicet quocumque est verum dicere hominem ipsum et tunc sit verum dicere animal. Et ita hec est vera “tonitruum est sonus in nubibus”, referendo singula singulis”, BURIDANUS, J. *Questiones Joannis Buridani super Decem Libros Ethicorum Aristotelis ad Nicomachum*. Paris: Poncet le Preux, 1513.

³² “Naturalis suppositio vocatur secundum quam terminus indifferentem supponit pro omnibus pro quibus potest supponere tam pro praesentibus quam praeteritis vel futuris. Et hac suppositione utuntur in scientiis demonstrativis”.

³³ BIARD, J. *Science et Nature – La théorie buridanienne du savoir*. Paris: Vrin, 2012.

proposicionais, mas o contexto de uso da proposição parece ser algo novo na teoria da suposição natural e não aparece na teoria de Pedro da Espanha.

Assim, as considerações sobre o objeto próprio do discurso científico influenciam a tomada do termo de acordo com a suposição natural³⁴. Partindo de uma caracterização da ciência que tem origem aristotélica, Buridan considera que ela é um conhecimento universal, necessário e eterno, e isso é válido mesmo se tal conhecimento é expresso por meio de proposições que se referem a coisas que não são em si mesmas necessárias, mas contingentes. Assim, no discurso científico, proposições categóricas afirmativas de tipo “S é P” são frequentemente usadas para expressar verdades universais e necessárias. De maneira geral, segundo as regras da teoria da suposição, uma proposição afirmativa categórica do tipo “S é P”, com os termos ‘S’ e ‘P’ tomados em suposição pessoal, é verdadeira se ‘S’ supõe pelas mesmas coisas pelas quais ‘P’ supõe no momento de avaliação dessa proposição, condição que tornaria uma proposição como [2] *Omnis tonitruum est sonus factus in nubibus* [Todo trovão é um som feito nas nuvens], falsa no caso em que não existem trovões. Mas segundo Buridan, em tais proposições do discurso demonstrativo ou científico o verbo ‘*est*’ não é usado de maneira a restringir a suposição do termo apenas aos seus supósitos presentes, pois seus termos são tomados em suposição natural. Ao assumir que nessa proposição o termo ‘*tonitruum*’ (‘trovão’) é tomado em suposição natural, Buridan mostra que a restrição temporal exercida pelo verbo ‘*est*’ é anulada, de forma que o termo ‘*tonitruum*’ é usado para se referir a todos os trovões, sejam eles passados, presentes ou futuros. Assim a proposição [2] seria uma versão reduzida da proposição disjuntiva que diz que [3] *Neesse est tonitruum, quandocumque est, fuit uel erit, tunc est, fuit uel erit sonus factus in nubibus* [Trovão, sempre que é, foi ou será, necessariamente é, foi ou será um som nas nuvens].

Isso mostra que a motivação principal para a adoção da suposição natural parece vir do tipo de conhecimento exigido pelas ciências demonstrativas, que deve ser expresso por meio de proposições necessárias, universais e eternas. Mas este fato tem consequências diretas na análise

³⁴ Como veremos a seguir, Buridan considera que o objeto da ciência pode ser considerado de acordo com diferentes sentidos. Biard (2012, p. 49) acentua que mesmo se a ciência, num sentido estrito é adquirida por meio de demonstração, a qual pressupõe um meio discursivo proposicional, isso não significa que ela termina com a conclusão e demonstração. E acrescenta: “C’est non pas simplement appréhender les termes dans leur être matériel ou mental, mais connaître leur signification, savoir à quoi ils sont susceptibles de se référer dans les propositions où ils sont utilisés pour la démonstration. [...] On a donc la science des choses signifiées par les termes de la conclusion qui énonce une propriété d’un sujet. C’est en ce sens qu’on dit avoir la science du ciel, des astres, des plantes, etc” (id., p. 50).

semântica, exigindo a formulação de uma teoria mais complexa, que permita levar em consideração o contexto de utilização da proposição, e uma leitura omnitemporal do verbo ‘*est*’.

4- Considerações finais

Buridan parece estar mais atento ao funcionamento da linguagem e justamente ao fato de que em muitos casos a tomada de um termo em certo tipo de proposição escapa às determinações proposicionais, como ocorre com a anulação da restrição temporal dos verbos em proposições com termos tomados em suposição natural. Esse parece ser o motivo pelo qual Buridan guarde a suposição acidental como um ramo específico em que a suposição do termo é sempre (mesmo que não somente) determinada proposicionalmente. Dessa forma, a reorganização do quadro da suposição feito por Buridan cobre de forma mais clara os diferentes tipos de coisas e os diferentes tipos de formas segundo as quais um termo supõe, se comparado ao quadro de Pedro de Espanha. O papel da suposição natural nesse quadro é cobrir os casos em que os termos de uma proposição supõem por tudo aquilo que significam, sejam coisas passadas, presentes e futuras, característica que torna possível que a proposição seja verdadeira mesmo se as coisas às quais seus termos se referem não existem no mundo no momento da avaliação da proposição.

Referências

- JOHANNES BURIDANUS. *Questiones Joannis Buridani super Decem Libros Ethicorum Aristotelis ad Nicomachum*. Paris: Poncet le Preux, 1513.
- _____. *Summulae de Propositionibus*. Introduction, critical edition and indexes by Ria Van der Lecq. Turnhout: Brepols, 1998.
- _____. *Summulae de Suppositionibus*. Introduction, critical edition and indexes by Ria Van der Lecq. Nijmegen: Ingenium Publishers, 1998.
- PETER OF SPAIN. *Tractatus – called afterwards Summule Logicales*. Edição crítica dos Manuscritos e introdução de L. M. de Rijk. Netherlands: Van Gorcum, 1972.
- GUILLEMUS DE OCKHAM. *Somme de Logique*. Tradução, traduction, introduction et notes par Joël Biard, Paris : T.E.R., 1998.
- BIARD, J. *Science et Nature – La théorie buridanienne du savoir*. Paris: Vrin, 2012.
- BOEHNER, P. *Medieval Logic. An Outline of Its Development from 1200 to c. 1400*. Chicago: Manchester University Press, 1952.
- DE LIBERA, Alain. “Supposition naturelle et appellation. Aspects de la sémantique parisienne au XIIIe siècle”. In: DE LIBERA, A. (Ed.). *Sémantiques*

Médiévales. Cinq études sur la logique et la grammaire au Moyen Âge – Histoire, Épistémologie, Langage. Tome 3, Fascicule 1, 1981, pp. 63-77.

DE RIJK, L. M. “The Development of *Suppositio Naturalis* in Mediaeval Logic. I Natural Supposition as Non-Contextual Supposition”. *Vivarium*, vol. 9, 1971, pp. 71-107.

_____. “The Development of *Suppositio Naturalis* in Mediaeval Logic. II: Fourteenth Century Natural Supposition as Atemporal (Omnitemporal) Supposition”. *Vivarium*, vol. 11, 1973, pp. 43-79.

_____. *Logica Modernorum. On the Twelfth Century Theory of Fallacy*. Vol. I. Assen: Van Gorcum, 1962.

_____. *Logica Modernorum*. The origin and early development of the theory of supposition. Vol. II, part 1. Assen: Van Gorcum, 1967.

_____. *Logica Modernorum*. The origin and early development of the theory of supposition. Text and indices. Vol. II, part 2. Assen: Van Gorcum, 1967.

_____. “The Origins of the Properties of Terms”. In: KRETZMANN, N.; KENNY, A.; PINBORG, J.; STUMP, E. (Ed.). *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy*. From the Rediscovery of Aristotle to the Disintegration of Scholasticism. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, pp. 161-173.

KLIMA, G. “Two Summulae, Two Ways Of Doing Logic: Peter Of Spain’s “Realism” And John Buridan’s “Nominalism””. In: CAMERON, M.; MARENBO, J. (Ed.). *Methods and Methodologies. Aristotelian Logic East and West, 500-1500*. Vol. 2. Boston- Leiden: Brill, 2011, pp. 109-126.

MULLALLY, J. P. *The Summulae Logicales of Peter of Spain*. University of Notre Dame: Publications in Medieval Studies, 1945.

STALNAKER, R. “Reference and Necessity”. In: HALE, B; WRIGHT, C. (Ed.). *A Companion to the Philosophy of Language*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997, pp. 534-555.